

**A PERSPECTIVA DO NEGRO: UM ESTUDO DA MEMÓRIA E DAS
TEORIAS SOCIAIS**Jessica Grava da Conceição¹

Resumo: Este trabalho pretende entender os processos de identificação entre as populações negras no Brasil em contexto urbano. Para tal, volta-se a dois pontos de vista distintos: o do discurso oficial e das narrativas ocultas, ou seja, o que se falou sobre o negro no campo acadêmico, portanto de maior legitimidade, e o que o negro, através da memória, fala sobre si. Compreendendo a identidade a partir de Hall (2000), portanto, como um ponto de articulação entre o psiquismo e a construção discursiva, que faz com que esta se torne maleável e flexível, coloca-se a identidade como uma ferramenta de manipulação dos signos e de organização de movimentos sociais e políticos que propiciam as lutas por respeito e igualdade sustentadas pela população negra.

Palavras-chave: discurso oficial, processos de identificação, narrativas ocultas, antropologia contemporânea.

A identidade tornou-se um conceito perverso dentro das ciências humanas. A dupla relação deste – de necessidade e ineficiência –, fez com que muitos pesquisadores trabalhassem alternativas ao uso convencional – como uma unidade fixa, fechada e absoluta. Uma destas foi o uso do conceito “sob rasura”, permanecendo assim com a capacidade dele para pensar uma série de questões – como os movimentos sociais e políticos de minorias, por exemplo – sem cair no determinismo e na essencialização dos sujeitos. Porém, o que se faz ao rasurá-lo é permanecer “pensando no intervalo”, à espera do surgimento de outro conceito capaz de substituí-lo. Outra resposta seria pensar a identidade como um processo, articulado entre o sujeito e a prática discursiva, assim, adotando um caráter não-essencialista, mas estratégico e posicional (HALL, 2000, p. 103-108).

Colocando os processos de identificação, a partir da interpretação de Stuart Hall, como possível suturação entre o psiquismo e a construção discursiva, evidencia-se a importância da análise do discurso oficial e de seus críticos. Segundo o autor, os processos de identificação se realizam mediante construções discursivas, de exclusão e produção de sujeitos abjetos e marginalizados do campo simbólico, mas que retornam a este, “desestabilizando” as foraclosões, no sentido lacaniano, a que se acordou chamar de identidade (HALL, 2000, p. 128-129). Para além, mesmo recusando categorias fechadas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara. E-mail: rp.jessica@gmail.com.

e arbitrárias², sobre as quais se fundamenta este conceito, a necessidade deste para entender os movimentos sociais, de gênero, étnicos etc., faz com que ele não seja totalmente excluído da teoria social.

Os processos de identificação funcionam como um elemento capaz de articular, em ambos sentidos³, a relação entre a prática discursiva e a subjetividade, que permite a flexibilização das fronteiras e a relativa autonomia do sujeito na mobilização dos signos, evitando, por outro lado, a centralidade do mesmo como elemento propiciador de toda historicidade. Esta perspectiva torna as fronteiras negociáveis, garantindo aos indivíduos, determinada autonomia, dentro dos limites impostos pelos discursos e pelo contexto em que estão inseridos.

Pensar as “relações raciais” no Brasil, como se convencionou chamar os estudos acerca da oposição branco/negro, é um exercício que há muito vem sendo executado, através de diferentes métodos em contextos e com intenções distintos. Este trabalho propõe repensar, não apenas estas relações, mas também o que se falou, e se ocultou, sobre as mesmas. Assim, estender a análise para aquilo que não foi dito e as consequências, não só dos acontecimentos, mas da narração oficial dos mesmos, a saber, a produção de identificações como ferramenta de articulação política. Tal análise será possível, pois os processos de identificação se realizam a partir de um reconhecimento entre indivíduos que se contrapõem a um determinado contexto opressivo, portanto em oposição ao discurso oficial.

O negro no Brasil tem uma história peculiar. Segundo Stuart Hall (2011), pode-se dizer que aquele sofreu uma dupla diáspora. Duas maneiras muito distintas de “subordinação”. A primeira teria sido a vinda da África, através de um sistema escravocrata. Os indivíduos trazidos e escravizados em terras brasileiras, sem direito a liberdade de agir ou pensar segundo suas tradições. O segundo movimento diaspórico reside na expulsão dos campos e marginalização nos centros urbanos, a questão da discriminação evidenciada. Embora, Hall mencione a metrópole, cabe ressaltar que este segundo deslocamento também se deu em cidades médias do interior paulista de maneira distinta, mas tão perversa quanto.

² Como as oposições dicotômicas que reduzem os elementos das relações, essencializando-os e aniquilando as diferenças entre os pares, colocando-os em uma posição imóvel dentro de uma estrutura simbólica pré-determinada.

³ Tanto como uma engrenagem que permite uma união maleável entre os discursos e a subjetividade, quanto uma ligação existente entre a ideia, o pensamento e a fala.

De forma geral, pode-se afirmar que o negro foi, ao longo da história, posto para fora (da África, dos campos, das cidades e, no limite, da história). As teorias sociais brasileiras que se dispuseram a pensar o negro e/ou as “relações raciais”, foram escritas unilateralmente. Isto faz com que no discurso oficial o negro apareça como mero personagem e não como um sujeito histórico, capaz de agir, modificar e pensar a realidade. Embora seja evidente que a resistência negra existiu, desde o primeiro contato dos europeus com os africanos (REIS, 2000), também se deve salientar que esta se deu de maneiras variadas e sempre contra forças ideológicas e políticas poderosas.

Dentre as distintas maneiras de abafar as manifestações da população negra, e legitimar a desigualdade e as injustiças cometidas contra esta, a mais eficiente foi a da democracia racial, pois, como posto por Foucault (1979 p. 7-8), o poder não se exerce apenas através da repressão, mas opera como uma “rede produtiva” (de saber, de discurso etc.).⁴ A ideia de que a sociedade brasileira derivaria da união de três raças (branca, negra e indígena) e que teria desenvolvido um modo peculiar de sociabilidade, no qual as três matrizes e seus descendentes viveriam em harmonia cultural, étnica e social, foi uma poderosa estratégia prático-discursiva de valorização de uma “identidade nacional”.⁵ Este discurso foi legitimado por estudos como os de Gilberto Freyre (2006) que, embora procurasse inverter os valores de alguns signos, apontava para uma sociedade sincrética e igualitária que, de fato, não havia. Diante deste quadro vemos a afirmação de um paradoxo: nega-se a desigualdade para mantê-la. Desta forma, gera-se o que Bourdieu (1998, p. 56) denomina de estratégias de condescendência, nega-se simbolicamente a relação hierárquica.

Uma tal estratégia é possível em todos os casos em que o desvio objetivo entre as pessoas em presença (ou seja, entre as suas propriedades sociais) é suficientemente conhecido e reconhecido por todos (e, em especial, por aqueles que estão implicados, como agentes ou como espectadores, na interação), para que a negação simbólica da hierarquia (aquela que consiste em, por exemplo, mostrar-se “simples”) permita acumular os lucros ligados à hierarquia inatingida e aqueles que a negação completamente simbólica desta hierarquia concede, a começar pelo esforço da hierarquia que o reconhecimento concedido à maneira de utilizar a relação hierárquica implica. (BOURDIEU, 1998, p. 56).

⁴ “[...] o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.” (p. 8, 1979).

⁵ Identidade aqui entendida no sentido clássico de identidade sociológica (HALL, p.10-11, 2000).

Para entender as consequências desta forma de sujeição, cabem breves considerações sobre os valores dos signos da linguagem em uma economia simbólica, como proposto por Bourdieu (1983). Segundo este autor, as ciências sociais devem olhar a linguística mediante o deslocamento de alguns conceitos,

[...] substituindo: a noção de *gramaticalidade* pela de *aceitabilidade* ou, se quisermos, a noção de língua pela noção de língua legítima; as *relações de comunicação* (ou de interação simbólica) pelas *relações de força simbólica* e, ao mesmo tempo, a questão do *sentido* do discurso pela questão do *valor* e do poder do discurso; enfim e correlativamente, a competência propriamente linguística pelo *capital simbólico*, inseparável da posição de locutor na estrutura social. (BOURDIEU, 1983, p.157).

Os signos da língua acadêmica, nesta interpretação, são dotados de um determinado valor, maior ou menor, conforme a posição do locutor no campo em que está inserido e do mercado. Tais considerações são importantes para entender a atenção voltada à narração oficial em contraponto àquela que será chamada de narração oculta. Compreende-se, assim, que cada discurso não trata apenas daquilo que é comunicado, pois os signos são também “sinais de riqueza”, que são avaliados e “sinais de autoridade”, que são obedecidos e creditados (1998, p. 54).

A narração oficial, dotada de maior aceitabilidade, oculta outras narrativas, através das relações de força sobre as quais afirma seu valor. Isto porque seus locutores estão autorizados a falar, não somente por deterem os signos da língua legítima, mas pela posição dos mesmos, pois as relações de força no mercado linguístico não estão dissociadas da estrutura social que se faz presente em toda interação (BOURDIEU, 1998, p. 54-55). Desenhando, assim, não apenas as imagens sobre aquele que profere o discurso, mas também sobre aquele a quem e sobre o qual ele é proferido (HALL, 2003).

Considerando os discursos oficiais críticos às teorias de equidade racial, que surgem, com maior força, na década de 1940, com o Projeto Unesco⁶, ainda é possível

⁶ Tal projeto foi lançado pela ONU (Organização das Nações Unidas) com o intuito de fazer um levantamento das condições de vida das populações discriminadas. Neste período, o Brasil estava vivendo a chamada “era Vargas”, que teve grande influência da teoria freyreana, uma narrativa de valorização da identidade nacional, assim, o negro, o branco e o indígena são colocados como pilares na formação da sociedade brasileira, mas não se questiona o papel desempenhado por cada um e a herança deste período. Desta forma, o país ascendeu à fama de racialmente tolerante, tanto internamente como para o exterior.

perceber a unilateralidade dos discursos. Embora mantenham alto teor crítico às teorias que negam uma desigualdade racial e se baseiem em dados estatísticos que comprovam a existência do racismo no Brasil⁷ (FERNANDES, 1958, 1972, 2008; CARDOSO, 1962; NOGUEIRA, 1984; IANNI, 1975; COSTA PINTO, 1953; AZEVEDO, 1966, 1975), tais discursos mantêm o negro em um papel secundário, como espectador infeliz do cenário de opressão (CARDOSO, 1962). Estas narrativas serão questionadas no período de redemocratização, no qual questões como: os movimentos de minorias, identidade, desigualdades e a cidadania passam a ocupar um lugar central nos debates acadêmicos. (VALLE E SILVA, 1994; HASENBALG, 1998; MUNANGA, 2004; SCHWARCZ, 1993).

Nas décadas de 1960 e 1970, o governo militar, que havia ascendido ao poder estatal, causou grandes mudanças no quadro intelectual, seja através das perseguições políticas, aposentadorias compulsórias, da censura, ou até mesmo da reforma institucional das ciências sociais (VELHO, 1983). Nos anos finais deste período, a ideia de redemocratização alavancou uma série de debates que permaneciam abafados, dentre estes, os direitos das populações negras.

Este trabalho procura analisar as rupturas e continuidades na teoria social sobre o negro a partir da década de 1940 e cotejar tal discurso, oficial, às narrativas ocultas. Estas seriam as vozes da população negra que se manteve à margem da história oficial, mas não esteve calada. Vale salientar que os discursos sustentados pela população negra, seja através das associações, das religiões, das festas comunitárias etc., mantêm um caráter de resistência e de proteção da memória.

Qualquer pretensão de definir quem é o negro no Brasil, todavia, seria uma análise determinista e, até certo ponto, colonizadora. Desta maneira, adota-se a perspectiva colocada por Kabengele Munanga (2009) que, embora trate da afirmação de uma identidade, dialoga em larga medida com àquela apresentada no início deste artigo por Stuart Hall (2000). Para os autores, a identidade ou os processos de identificação se efetivariam por razões ideológicas.

Os interesses seriam sem dúvida ideológicos. O que significa que a identidade negra ou afrodescendente não teria outra substância, a não ser as relações políticas e econômicas. Isso não quer dizer que outros aspectos importantes na formação da identidade, como a história, deixem de ser considerados. A história escrita ou oral não pode ser feita sem a memória. (MUNANGA, 2009, p. 16)

⁷ Neste contexto, as pesquisas passaram a se realizar em grandes centros, como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

A memória é posta como um “fundamento empírico”, construído duplamente. Primeiro pelos lugares, acontecimentos e personagens vividos por esta população, mas também pelos lugares, acontecimentos e personagens herdados, por um passado em comum (MUNANGA, 2009, p. 16). Deste quadro, salienta-se um determinado discurso que aponta como linhas definidoras de uma identidade a cultura e a cor. Entretanto, esta marcação além de essencializar os sujeitos torna-se problemática, tanto pela miscigenação, quanto pela definição de uma “cultura” propriamente negra, no Brasil, atualmente.

[...] em nível do vivido outros segmentos da população brasileira poderiam lançar mão da mesma cultura e nem todos os negros que no plano da retórica “cantam” a cultura negra a vivem exclusiva e separadamente dentro do contexto brasileiro, assim como não existem brancos vivendo exclusiva e separadamente uma cultura dita branca. (MUNANGA, 2009. p. 17)

Compreendendo, portanto, as identificações enquanto processos, efetivados por questões ideológicas, como e na articulação entre a subjetividade e as práticas discursivas, considera-se negro ou negra, apenas aqueles que assim se reconhecem, e percebem o caráter político da identidade, sempre estratégica.

Desta forma, adota-se três grupos distintos: as religiões de matrizes africanas, o movimento negro e os bairros negros nas cidades médias do interior paulista.

A religião sempre teve um papel essencial na luta pela emancipação negra no Brasil. Um exemplo disso foram os malê, negros mulçumanos, que através da religiosidade uniram diversas etnias pela luta em prol da liberdade (REIS, 2000). Porém, as religiões africanas, bem como, os demais costumes trazidos pelos negros e atualizados na prática por seus descendentes, foram vistas com maus olhos pela sociedade brasileira. Com suas práticas religiosas condenadas como feitiçarias, grande parte desta população se converteu ao catolicismo. Alguns mantinham ambas as práticas (uma oficial e outra escondida) e outros se escondiam para poderem exercer sua religiosidade conforme haviam aprendido com seus ancestrais, como ferramenta de resistência ao sistema opressor (PRANDI, 2004). Atualmente a liberdade religiosa é um direito constitucional, mas não está livre dos preconceitos, discriminações e condenações sociais. As religiões de matrizes afro-brasileiras conservam grande parte da memória negra no Brasil, sua luta, sua história e seu orgulho (PEIXOTO, 2010).

Visando realizar uma etnografia das narrativas, será estudado o terreiro de candomblé Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Axé Nassô Iyá Oká), em Salvador-BA. Segundo Serra (2008), este terreiro é popularmente considerado o mais antigo do Brasil ainda em funcionamento. No estudo das religiões afro-brasileiras é importante ressaltar que cada terreiro é único, nascem uns dos outros, e a prática atualizada por seus seguidores sempre corresponde ao contexto em que está inserido. Mesmo os terreiros mais antigos trabalham com a tradição em pleno diálogo com as mudanças sociais.

Os seguidores são unânimes, entretanto, ao acreditar que o futuro da religião depende tanto da manutenção das velhas tradições, das quais os centenários terreiros da Bahia ainda representam a fonte mais legítima, como da recuperação do conhecimento que se perdeu desde que os velhos fundadores foram arrancados de suas famílias e cidades africanas para serem brutalmente escravizados no Brasil. Sempre é tempo de recuperar a tradição que não chegou até o presente, adaptando-a para o presente da religião, pois em algum lugar ainda existe, conforme se crê, muitos segredos guardados. (PRANDI, 2003, p. 32).

A religiosidade baiana assim, além de propiciar uma ampliação dos registros das narrativas, poderá trazer distintos elementos relativos à memória e à história negra que deram de maneira distinta em cada região do país. Entretanto, cabe ressaltar que não se corrobora com a perspectiva apontada por Bastide, ao analisar umbanda paulista, de que tal religião teria sofrido uma completa alteração sendo misturada ao espiritismo europeu, e que o elemento negro seria “neutralizado”, pois ainda há a valorização dos elementos negros nesta religião ainda que seja “depurado” em busca de uma legitimidade social como apontado por Renato Ortiz, o negro se reconhece através dos símbolos desta religiosidade e questiona sua realidade social, do presente e do passado, através das relações metafísicas (MONTEIRO, 1985, p.194-214).

O movimento negro tem sua institucionalização na década de 1980. Todavia, vale salientar que os negros se organizam contra o regime de exploração desde o início do período escravocrata. Mesmo com as diferenças entre os africanos trazidos para o Brasil (língua, etnia, religião etc.), estes conseguiram se organizar, junto com seus descendentes – também escravizados – contra o regime que os oprimia. Após a abolição, a luta não cessou, apenas atualizou suas demandas, pois as mudanças ainda não garantiam as mínimas condições de vida a estas populações (higiene, educação, trabalho etc.). Atualmente, o movimento negro conseguiu atingir a instância burocrática do sistema político brasileiro e a luta ascendeu a um patamar mais elevado, em que a voz negra goza

de maior legitimidade (BOURDIEU, 1983). Embora, tal legitimidade seja recorrentemente questionada em virtude do valor da posição do locutor que se mantém, simbolicamente, dominado.

Os discursos sustentados por estes representantes têm caráter amplamente ideológico. Além de sustentar a importância das manifestações em prol da cidadania igualitária e da união dos representados, a saber, aqueles que são discriminados devido a marcas fenotípicas e culturais, este grupo reivindica a valorização dos signos africanos e afro-brasileiros (FRANÇA, 2012). Desta forma, questionam a negatização dos mesmos pelo discurso oficial e reivindicam o reconhecimento da participação do negro na história nacional.

Os bairros negros das cidades médias do interior paulista serão representados pela Vila Xavier em Araraquara. Este bairro apresenta uma história peculiar, semelhante a outros do interior paulista. Na segunda diáspora (HALL, 2000), muitos negros recém libertos, ou mesmo os que já eram livres, mas continuavam a trabalhar nos campos, foram expulsos após a chegada dos imigrantes. Sem uma profissão, nem acesso a estudo ou moradia estas populações se ocupavam dos serviços mais pesados e menos remunerados. Esta mão de obra excedente foi amplamente utilizada pelas companhias férreas em franca expansão.

O aumento da malha ferroviária, além de empregar grande parte das populações negras com baixíssimos salários, dividiu, fisicamente, o espaço dos brancos e dos negros. Em uma clara política de segregação racial unida à exploração dos trabalhadores, são criadas as vilas ferroviárias, bairros, não apenas marginalizados simbolicamente, mas isolados, fisicamente, pelos trilhos dos trens (SEGNINI apud SILVA, 2008), determinando os espaços de circulação e limitando o acesso destas populações aos espaços públicos de educação, saúde e lazer (SOUZA, 2010).

A Vila Xavier foi separada da cidade pelos trilhos da companhia paulista e teve um desenvolvimento quase que paralelo ao do município. Há poucos anos havia apenas um acesso do bairro à cidade, atualmente há dois. O bairro é reconhecido como o bairro negro de Araraquara, tendo sido construído neste espaço a ACAAAR (Associação Cultural Afrodescendente dos Amigos de Araraquara e Região) em 2006, um espaço reservado às atividades culturais e informativas acerca das etnias negras africanas que foram trazidas para o Brasil e a cultura negra nacional, além de eventos que buscam a valorização da população negra. Outras atividades são produzidas neste bairro como rodas de samba e capoeira, visando manter a memória das populações ali segregadas.

Através destes espaços distintos é possível perceber como a população negra se manteve atuante na história brasileira. Os signos e valores tradicionais, embora atualizados em suas práticas, se mantêm valorizados, ainda que à margem dos discursos oficiais.

As etnografias das narrativas proporcionarão o cotejamento com o discurso oficial, assim, possibilitarão a percepção da negociação dos signos para a afirmação dos processos de identificação, fundamentais para as conquistas das populações negras e o acesso dos mesmos a essas.

Referências

- ABRAMO, L. **O resgate da dignidade**. São Paulo: FFLCH-USP (dissertação mestrado), 1990.
- ADORNO, S. **Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, nº 43, novembro, 1995.
- APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- _____. Patriotas cosmopolitas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.36, fev 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mai 2013.
- AZEVEDO, T. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Salvador: EDUFBA, 1996.
- _____. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Democracia racial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- BACELAR, J. A Frente negra brasileira na Bahia. In: **Afro-Ásia**. Salvador: EDUFBA, nº 17, p. 73-86, 1996.
- BANTON, M. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1979
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENARD, J. **Teorias da etnicidade**. Trad.: E. Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. **O negro na imprensa e na literatura**. São Paulo: UDUSP, 1972.

_____. **Imagens de um nordeste místico em preto e branco**. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1945.

_____. **O candomblé na Bahia**. Rito nagô. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961.

_____. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Pioneira : EDUSP, 1971.

BASTIDE, R; FERNANDES, F. **Relações raciais entre pretos e brancos em São Paulo**: ensaio sociológico sobre a origem, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo: UNESCO: Anhembi, 1955.

BENTO, M. A. S. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (org.). **Psicologia social do racismo**: estudo sobre branquitude e branqueamento. 3. Ed. Petrólis, RJ: Vozes, 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu** – Sociologia. São Paulo : Ática. v.39. p. 156-183, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. A formação dos preços e a antecipação dos lucros. In: _____. **O que falar quer dizer**. A economia das trocas linguísticas. Miraflores - PT: Difel, p. 53-86, 1998.

BRANDÃO, C. R. (org.) **As faces da memória**. Campinas/SP: Ed. Centro de memória. UNICAMP, 1994.

BURKE, P. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CARNEIRO, E. **Candomblés da Bahia**. Salvador: Secretaria da Educação e Saúde, 1998.

CARVALHO, R. Aspectos da influência africana na formação social do Brasil. **Novos Estudos Afro-Brasileiros**. Recife: Massangana, pp. 17-76, 1988.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

CASHMORE, E. **Dictionary of race and Ethnic Relations**. Exeter, DEV, Reino Unido: Taylor & Francis, 1997.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONTINS, M.; SANTANA, L. C. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos Feministas**, vol. 4, nº 1, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ.

COSTA PINTO, L. de A. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

CUNHA, M. C. Etnicidade: Da cultura residual mas irreduzível. In: _____. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

DAMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, p. 58-87. 1981.

DOURADO, O. Antigas falas, novas aparências. O tombamento do Ilê Axé Iyá Nassô Oká e a preservação dos bens patrimoniais no Brasil. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo - RISCO**. n.14. jul/dez. São Carlos: Programa de pós graduação em arquitetura e urbanismo : IAU/USP, p. 6-19, 2011.

FERNANDE, F. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. In: SIMSON, O. R. M. (org.) **Revisitando a terra de contrastes**. São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo Diffel, 1972.

_____. **A integração no negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, L. S. Racismo camuflado na “família ferroviária”: Brancos e negros na Companhia Paulista de São Carlos. **Temáticas** (UNICAMP), Campinas/São Paulo, v. 23/24, p. 161-192, 2004.

FINGER, A. E. **Vilas ferroviárias no Brasil**. Os casos de Paranapiacaba em São Paulo e da Vila Belga no Rio Grande do Sul. 166f. Brasília: UnB (dissertação de mestrado), 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

_____. **La genealogia del racismo**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1997.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins fontes, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1999.

FRANÇA, E. **Balanço da Luta do movimento negro em 2012 e perspectiva para 2013**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/16776-balanco-da-luta-do-movimento-negro-em-2012-e-perspectiva-para-2013-por-edson-franca>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

_____. **Movimento negro e as políticas de igualdade racial**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=175741>. Acesso em: 27 fev. 2012.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FRY, P. **As muitas caras e cores do Brasil**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 01/03/1997, Caderno Ideias, p.4.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUERREIRO RAMOS, A. A Unesco e as relações de raça. In: NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos de nosso tempo**. n.2. jan/jun. p.189-220, 1954.

GUILLAUMIN, C. Race et nature. In: _____. **Sexe, Race et Pratique Du Pouvoir**. L'idée de nature. Paris : Côté-femmes éditions, 1992.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação**: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: 34, 1999.

_____. **Classes sociais, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; editora 34, 2002.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2000.

_____. **Entrevista com J. B. Stuart Hall**. Set. 2010. Entrevistadora: Heloísa Buarque de Hollanda e Livia Sovik. Disponível em:
<<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=719&cat=9>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. Que “negro” é esse da cultura negra? _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovick (org.). Trad. Adelaine La Guardia Resente [et al] - Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. A identidade em questão. _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Sil

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

_____. **Racismo**: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 1998.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. São Paulo: Abril Cultural, 1952. (Coleção Os pensadores, L).

LOPES, A. **Além da memória**: Vila Xavier diálogo entre os diferentes elementos de sociabilidade. 174f. São Paulo: PUC (tese de doutorado), 2002.

MAIO, M. C. **A história do projeto UNESCO**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ (tese de doutorado), 1997.

_____. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.14. n.41. outubro de 1999.

MERLEAUX-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTERO, P. **Da doença a desordem**: a magia na umbanda. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MUNANGA, K. Construção da identidade negra: diferença de contexto e problemas ideológicos. In: CONSORTE, J. G.; COSTA, M. R. da. (org.). **Religião, política, identidade**. São Paulo: Educ-séries Cadernos PUC, p. 143-146, 1988.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2004.

_____. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Quilombo, 1950.

NASCIMENTO, E. **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. V.2. São Paulo: Selo Negro, 2002 (coleção Sankofa).

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem; sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil. In: **Tanto preto quanto branco**: estudo das relações raciais, São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PIERSON, D. **Brancos e pretos na Bahia**: estudo de contato racial. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

_____. O preconceito racial segundo o estudo de “situações raciais”. In: **Sociologia**, vol. XIII, nº4, 1951.

QUERINO, M. **Costumes africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1938.

- RAMOS, A. **As culturas negras no Novo Mundo**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.
- REIS, J. J. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora do SENAC, p. 241-263, 2000.
- SALVADORI, M. A. B. Educação, trabalho e juventude: os centros ferroviários de ensino e seleção profissional e o perfil do jovem ferroviário. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3000>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- SANTOS, R. V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Centro cultural Banco do Brasil, 1996.
- SANTOS, S. A. dos. A metamorfose de militantes negros em intelectuais. In: **Revista Mosaico**. Brasília: Ed. UnB, 2011.
- SERRA, O. J. T. **Laudo antropológico sobre Ilê Axé Iyá Nassô Oká – Terreiro da casa branca do engenho velho**. 2008. Disponível em: <<http://ordepeserra.files.wordpress.com/2008/09/laudo-casa-branca.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2012.
- SILVA, E. Ap. A história da ferroviária e a inserção da mulher negra no magistério em Araraquara/SP. In: **Encontro estadual de história**, 4, 2008, Vitória da Conquista – BA, História: saberes, sujeitos e práticas, Vitória da Conquista, 2008. Não paginado. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Eva%20Aparecida%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 29 set. 2011.
- SOUZA, S. L. **(Re)Vivências negras: entre batuques, bailados e devoções: práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950)**. Ribeirão Preto: S. L. de Souza, 2007.
- _____. **Fluxos da alteridade: organizações negras e processos identitários no nordeste paulista e triângulo mineiro (1930-1990)**. 2010. 270f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita, Araraquara, 2010.
- SCHWARCZ, L. M. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. (1970-1995). 1.v. Brasília, DF: CAPES, 267-322, 1999.

- _____. Sob o signo da diferença: a construção de modelos raciais no contexto brasileiro. In: HASENBALG, C. A. **Racismo**: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: EDUFF, p.67-103, 1998.
- TENCA, A. **Nos trilhos da memória**: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de velhos trabalhadores, ex-alunos do Curso de Ferroviários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. São Paulo: FE/USP, 2002.
- VELHO, O. G. Processos sociais no Brasil pós-64. In: ALMEIDA, M. H. T.; SORJ, B. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VIANNA, O. **Raça e assimilação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.
- ZAMBELLO, M. H. Ferrovia e memória: estudo sobre trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas. 2005. Dissertação (mestrado em sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. A história do sindicalismo ferroviário paulista (1930-1961). In: ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. Ap.; FERRAZ, M. (Org.). **O Sindicalismo Equilibrista**: entre o continuísmo e as novas práticas. 1ed. Curitiba: UFPR/SCHLA, v. 1, p. 189-214, 2006.